

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 132/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025

Edital de Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA/HIGIENE E GÁS DE COZINHA, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO RESTAURANTE POPULAR;

O Município de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados que estará realizando a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 57/2025**, para REGISTRO DE PREÇOS do tipo menor preço, modo de disputa aberto, através do site <https://www.bllcompras.com.br>. A sessão pública será realizada no site no dia 12/01/2026, com início às 08:30, horário de Brasília – DF, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 065/2022, de 09 de setembro de 2022, bem como as condições a seguir estabelecidas:

1- DO OBJETO:

O objeto do presente Edital é:

REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA/HIGIENE E GÁS DE COZINHA, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO RESTAURANTE POPULAR;

Itens:

Item	Quant.	Descrição
1.	180 kg	Abobrinha italiana: de primeira qualidade, tamanho médio, intactas, com casca sã e sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 4,77
2.	40 kg	Alho in natura, limpo, gráudo, cabeça inteira, sem lesões ou danos causados por pragas. Valor de Referência: R\$ 25,37
3.	1000 unidades	Alface. Lisa, americana ou crespa. De primeira qualidade, com folhas inteiras, sem áreas escuras, sem sujidades ou defeitos, que possam alterar a aparência e qualidade. Valor de Referência: R\$ 2,93
4.	300 kg	Aipim. De 1ª qualidade, para consumo humano, no grau normal de evolução, tamanho uniforme, fresca, sem casca inteira, sem rupturas, não fibrosa, livre de terra e corpos estranhos. Valor de Referência: R\$ 7,43
5.	100 unidades	Acelga fresca. De primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida firme e intacta; isenta de enfermidades, material terroso e humidade externa anormal, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e

		transporte. Valor de Referência: R\$ 3,88
6.	500 kg	Batata doce. De 1ª qualidade, branca ou amarela, tamanho médio, nova, in natura, sem sujidades na casca. Valor de Referência: R\$ 4,56
7.	600	Batata inglesa. De 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firma e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos e livre de sujidades. Valor de Referência: R\$ 6,21
8.	200 unidades	Brócolis. In natura, de 1ª qualidade, intacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades, parasitas e pragas. Valor de Referência: R\$ 7,83
9.	250 kg	Beterraba. De 1ª qualidade, seca, nova, firme, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor vermelho intenso, tamanho médio e sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 5,81
10.	350 kg	Cebola. De 1ª qualidade, sem réstia, seca, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas Valor de Referência: R\$ 4,79
11.	150 kg	Cenoura. In natura, de boa qualidade, firme, sem folhas, limpa, em sintomas de murcha, tamanho médio e sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 4,28
12.	150 unidades	Couve-flor. In natura, de 1ª qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isento de sujidades, parasitas e larvas. Valor de Referência: R\$ 8,38
13.	300 kg	Chuchu. Verde ou branco, de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, livre de sujidades, brotos e danos físicos. Valor de Referência: R\$ 4,95
14.	300 kg	Moranga cabotian. De 1ª qualidade, tamanho médio, intactas, casca dura e sã, sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 6,83
15.	60 Dz	Ovos, dúzia, tipo grande, casca limpa, não trincados, novos, embalagem em dúzias e acondicionados em caixa de papelão. Valor de Referência: R\$ 7,55
16.	250 unidades	Repolho, Verde, de 1ª qualidade, limpo, novo, tamanho médio.

		Valor de Referência: R\$ 5,77
17.	50 kg	Rabanete. De 1ª qualidade, compacto, fresco, in natura, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes. Valor de Referência: R\$ 8,30
18.	350 unidades	Raditi. De 1ª qualidade, com folhas inteiras, sem áreas escuras, sem sujidades ou defeitos que possam alterar a aparência e a qualidade. Valor de Referência: R\$ 4,97
19.	350 kg	Tomate. De 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca sã e sem rupturas, sem sinais de apodrecimento. Valor de Referência: R\$ 6,86
20.	180 kg	Pimentão. Doce/grande/verde/in natura. Valor de Referência: R\$ 5,49
21.	180 maço	Rúcula. In natura, de 1ª qualidade, com folhas inteiras, sem áreas escuras, sem sujidades ou defeitos que possam alterar a aparência e a qualidade. Valor de Referência: R\$ 4,64
22.	300 un	Tempero verde. In natura, maço de salsinha e cebolinha, de boa qualidade, sem sinais de murcho. Valor de Referência: R\$ 3,70
23.	150 maço	Couve manteiga. Folha, inteiras, com boa aparência, de 1ª qualidade, sem sinais de parasitas, maço. Valor de Referência: R\$ 9,72
24.	200 kg	Pepino. In natura, de 1ª qualidade, sem sinais de machucaduras ou podridão, grau médio de maturação compatível com salada. Valor de Referência: R\$ 6,86
25.	250 kg	Vagem. In natura, de 1ª qualidade, limpa, sem sinais de machucadura, ideal para consumo humano. Valor de Referência: R\$ 11,13
26.	50 Pacotes	Açúcar cristal branco. Não pode apresentar umidade, sujidades, bolores, mistura e peso insatisfatório. Embalagem deve estar intacta e contar data de fabricação e validade, sem rasuras, embalagem de 05kg; validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 16,59
27.	260 Embalagens	Arroz parboilizados, 05kg, tipo I, classe longo e fino. O produto não deve apresentar grãos disformes, impurezas (grãos queimados, pedras, cascas ou carunchos). Data de fabricação e validade impressas no pacote e sem rasuras. Validade mínima de 02 meses a contar da data de entrega.

		Valor de Referência: R\$ 27,80
28.	2.500 unidades	<p>Bife empanado (peito e/ou coxa e sobrecoxa de frango); isento de ossos, aponeuroses e cartilagens; o produto poderá conter em sua composição flocos de milho, água, gordura vegetal hidrogenada, farinha de arroz, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, proteína texturizada de soja, sal, farinha de rosca, amido, leite em pó, proteína vegetal hidrolisada, vinagre, maltodextrina, condimento natural, ovo em pó, estabilizante polifosfato de sódio, antioxidante e realçador de sabor. Sua apresentação deve ser congelado, entre -10°C e -25°C, em embalagens de polietileno.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 2,07</p>
29.	500 kg	<p>Carne suína: PERNIL OU PALETA, sem osso, congelada, embalada em filme de PVC transparente ou saco plástico transparente. Inspeccionada. Deve possuir identificação do produto, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 23,19</p>
30.	600 kg	<p>Coxa e sobrecoxa de frango. Embalagem transparente de 01 kg cada, contendo data de envase, lote e de validade. Produto deve ser inspeccionado e estar de acordo com a legislação nacional vigente.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 10,61</p>
31.	350 kg	<p>FILÉ DE PEITO DE FRANGO: Sem osso, congelado, a ave deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, coloração clara e odor característico. Embalagem deve apresentar: nome/marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Validade mínima de 02 meses a contar da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 18,97</p>
32.	500 kg	<p>Linguiça mista para churrasco. Pacote de 1kg. Embalagem deve conter as especificações do produto com data de validade. Embalagem deve estar com boa aparência.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 14,24</p>
33.	800 kg	<p>Carne de gado. Patinho ou paleta, sem osso, sem gordura aparente. Congelada. Embalagem contendo as especificações do produto, data de emble e validade. A embalagem deverá estar intacta e ser transparente, Coloração e odor típicos. Embalagem de 01kg.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 38,13</p>
34.	500 kg	<p>Carne moída, de gado. De 1ª qualidade, moída na hora. Características: acondicionada em embalagem de plástico atóxica, resistente e transparente, com rótulo contendo identificação do produto e fabricante, tipo de carne, data de fabricação e validade.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 25,65</p>
35.	700 kg	<p>Feijão Preto. Tipo I, novo, grãos inteiros, lisos, isentos de matérias terrosas, fungos ou parasitas, livre de umidade, acondicionado em embalagem plástica</p>

		de 01kg. Valor de Referência: R\$ 6,04
36.	350 pacotes	MASSA COM OVOS PARAFUSO: Não deve apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Embalagem de 500g. Validade mínima de 03 meses da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 3,43
37.	10 Embalagens	Margarina. 01kg. 70% lipídios, isenta de gordura trans., rótulo com identificação do produto, ingredientes, data de validade e peso. Validade mínima de 03 meses a contar da data da entrega. Valor de Referência: R\$ 22,28
38.	150 kg	Sal refinado, iodado, de cozinha. Embalagem de 01 kg. Não deve apresentar umidade e sujidades. As características devem estar preservadas. A embalagem deve apresentar o fabricante, data de embalagem e de validade sem rasuras. Valor de Referência: R\$ 1,91
39.	120 pacotes	Farinha de Milho. Amarela, não poderá ser úmida, fermentada ou rançosa, apresentar cor escura ou misturas com outras farinhas, resíduos ou impurezas. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome/marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Embalagem de 01 kg e validade mínima de 02 meses a contar da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 6,61
40.	500 unidades	Óleo de soja. Refinado. Características técnicas: 100% natural, não deverá apresentar embalagem frágil com mistura de outros óleos, cheiro forte ou volume insatisfatório; Embalagem de 900ml. Deverá conter data de validade e identificação do fabricante. Validade não inferior a 03 meses da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 7,85
41.	350 unidades	Vinagre de vinho tinto: fermentado acético de álcool e água potável, acidez 4,0%. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, data de fabricação e validade, ingredientes, peso, lote, informações nutricionais. Embalagem de 750ml. Validade mínima de 03 meses da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 4,77
42.	30	Colorau. Produto alimentício. Deve apresentar aspecto e cor característica. Embalagem com indicação do fornecedor, data de validade e demais especificações. Embalagem de 01 kg. Data de validade não inferior a 02 meses da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 11,09

43.	150 embalagens	<p>Extrato de Tomate. Sachê, concentrado. Deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Embalagem de 850g.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 7,26</p>
44.	12 caixas	<p>Leite integral. UHT, 3% de gordura. Embalagem fechada, com data de fabricação e validade visíveis. A embalagem não deve estar amassada ou com sujidades, caixa com 12 unidades de 01litro cada. Validade mínima de 03 meses da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 58,96</p>
45.	35 pacotes	<p>FARINHA DE TRIGO: Tipo I, enriquecida com ferro e ácido fólico. Não pode estar úmida, fermentada, rançosa e apresentar cor escura. Embalagem de 5 kg. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome/marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 21,63</p>
46.	200 embalagens	<p>Massa de pastel. Pacote com 500g. Refrigerada, tamanho grande, validade mínima de 01 mês. Embalagem deverá conter nome do fabricante, validade, lote, peso. A embalagem deverá ser transparente.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 8,01</p>
47.	100 kg	<p>Pão Francês. Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico água e sal. Pesando 50 gramas a unidade. As características gerais do produto deverão conter a legislação sanitária vigente, sem sinais de mofo, ter aspecto, cor e sabor característico de produto novo. Embalagem transparente, incolor e resistente, contendo informações de data, peso e validade.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 15,53</p>
48.	50 unidades	<p>Cuca caseira sem recheio. Com aspecto de massa cozida, miolo deverá ser poroso. De 1ª qualidade, isenta de mofos, produto deverá estar embalado em embalagem transparente, com data de validade, peso e indicação nutricional.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 12,97</p>
49.	10 pacotes	<p>ORÉGANO: desidratado, constituído de folhas sãs, ovaladas, secas, limpas, de cor verde, acondicionado em pacote plástico, íntegro, atóxico, resistente, fechado e limpo. Embalagem de 500g. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 7,09</p>
50.	15 unidades	<p>Fermento químico. Em pó, embalagem plástica, atóxica, contendo informações do fabricante, data de validade, lote e peso legíveis. Embalagem de 100Gr.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 4,23</p>
51.	100 Pacotes	<p>Saco de lixo classe i, com capacidade de 50l. fabricado em polietileno, com</p>

		<p>espessura mínima de 5 micras. Dimensões aproximadas de 63 x 80cm. pacote com 100 unidades.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 21,79</p>
52.	100 Pacotes	<p>PAPEL TOALHA INTERFOLHA. Dimensões aproximadas de 20 x 21cm. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Gramatura mínima de 19 g/m2. Pacote com 1000 folhas</p> <p>Valor de Referência: R\$ 15,85</p>
53.	50 Pacotes	<p>PAPEL TOALHA PARA COZINHA. Dimensões aproximadas de 19 x 22cm. Folha dupla. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Pacote com dois rolos do produto com no mínimo 50 unidades.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 3,79</p>
54.	15 Pacotes	<p>PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES. Bobina com dimensões de 20cm x 200m. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Branco, alto padrão de qualidade. Gramatura mínima de 34g/m2. Pacote com 6 bobinas.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 54,99</p>
55.	50 unidades	<p>PALHA DE AÇO Nº 1. Embalada individualmente em pacote com 25g do produto.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 1,31</p>
56.	100 pacotes	<p>ESPONJA DE LÃ EM AÇO CARBONO. Pacote com 8 unidades do produto e peso mínimo de 45g.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 1,63</p>
57.	50 pacotes	<p>ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA DELICADA DE LOUÇAS. Dimensões mínimas de 110 x 70 x 20 mm. Pacote com no mínimo 3 unidades do produto.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 5,21</p>
58.	50 Pacotes	<p>PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES 10CM X 300M. Gramatura mínima de 17g/m2. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Pacote com 8 rolos.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 25,96</p>
59.	05 Un	<p>SODA CAUSTICA 99. 01 KG. Deverá conter especificações do produto, indicações de uso e cuidados no manuseio. Lote, data de fabricação e validade, peso.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 12,50</p>
60.	200 caixas	<p>Palito de dente, caixa com 100 ud. Produto deverá conter dados de identificação do fabricante, lote e validade.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 1,17</p>
61.	50 unidades	<p>ÁGUA SANITÁRIA, solução aquosa composta de cloro ativo na concentração de 2,0% a 2,5% na forma de hipoclorito de sódio e água. Produto sem aromatizante. Valor do ph deve estar entre 11,5 e 13,0. Galão opaco com 5l, fabricado em material resistente, com lacre de segurança. A embalagem deve</p>

		<p>conter a marca, dados do fabricante, dados da procedência do produto, lote, validade de 6 meses e registro no ministério da saúde (MS).</p> <p>Valor de Referência: R\$ 10,12</p>
62.	25 unidades	<p>Gás P45</p> <p>Valor de Referência: R\$ 469,30</p>
63.	2500 unidades	<p>Marmitex de isopor com tampa. 750ml, embalagem com 100 unidades cada, fundo redondo.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 0,36</p>
64.	10 caixas	<p>Copo descartável, 200ml cada. Transparente. Caixa com 25 tiras de 100 unidades.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 101,63</p>

1.2 - O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição e/ou contratação futura, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado **Ata de Registro de Preços**. Neste sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2. – DA PARTICIPAÇÃO.

2.1. A participação neste Pregão é EXCLUSIVA A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE beneficiadas pela Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.2. VEDAÇÕES:

2.2.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução da Ata ou contrato, direta ou indiretamente:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

2.2.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 2.2.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.3 Condições para participação:

2.3.1. **Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site www.bllcompras.com, até às 08:30 horas do dia 12/01/2026.**

2.3.2. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bllcompras.com.

2.3.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.bllcompras.com. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. As instruções para cadastro estão contidas no site.

3.2 - O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, devendo acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda do negócio diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Planalto/RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao bllcompras, acessando o seguinte endereço: <https://www.bllcompras.com>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.6. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4 – ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

4.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.

4.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 24 horas.

OBS.: Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da administração.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. Valor unitário e total do item, sendo admitido somente 2 casas decimais;

5.3. Marca e modelo se for o caso;

5.4. Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.5. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.9. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos.

5.10. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

6 - CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

6.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

6.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de um centavo, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

6.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

6.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

7. MODO DE DISPUTA

7.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 3.

7.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes.

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 4.2.3 e 4.2.4 deste Edital;

8.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

8.1.4. O disposto no item 8.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2. Se não houver licitante que atenda ao item 8.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência,

sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

9.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no quadro abaixo.

9.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

9.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

9.5. – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
9.5.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada em prazo não superior a 2 (duas) horas, logo após a solicitação do Pregoeiro e deverá:
a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.
b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
c) Valor unitário e total do item;
d) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o modelo, CATÁLOGO, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
e) E-mail para fins de comunicação com o proponente.
f) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.5.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do ata/contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, sendo admitido somente 2 casas decimais.

9.5.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os documentos abaixo listados.

10.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica, quando solicitado.

OBS: Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

10.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

- a)** ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b)** cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;
- c)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a)** comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f)** declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

10.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a)** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para apresentação do documento;

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11 - VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO.

11.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 10.2., 10.3. e 10.4., enviados nos termos do item 4.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

11.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

11.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.2.3 e 4.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências

para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

12.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 12.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13 - ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14 - CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços, termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.9 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 14.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou em

aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15 – DAS OBRIGAÇÕES.

15.1. Da Contratante:

- 15.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 15.1.2. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 15.1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 15.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 15.1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

15.2. Da Promitente Fornecedora.

- 15.2.1 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- 15.2.2 Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;
- 15.2.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- 15.2.4. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos, devendo a entrega se dar no Município de Planalto, conforme disposto no Termo de Referência;
- 15.2.5. Designar profissional responsável pela entrega do objeto;
- 15.2.6. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao contratante e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito a segurança, quando da execução do objeto licitado;
- 15.2.7. Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos produtos, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- 15.2.8. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- 15.2.9. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 15.2.10. Manter durante toda a execução deste as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.11. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, contrato social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- 15.2.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- 15.2.13. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expresso consentimento da Contratante;
- 15.2.14. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e Termo de Referência.

16 - DOS PRAZOS DA ATA E ENTREGA

- 16.1. **O fornecimento dos itens se dará de forma parcelada,** mediante solicitação dos produtos, emitida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Competência, encaminhada ao Departamento de Compras, contendo a solicitação do respectivo produto, juntamente com a dotação orçamentária. Após a emissão da Nota de Empenho pelo setor, este encaminhará ao licitante a respectiva autorização.
- 16.2. Deverá ser fornecido os produtos conforme solicitação, nas quantidades e especificações, conforme requisições de fornecimento emitidas pelo Órgão de compras a pedido da Secretaria Municipal.
- 16.3. Os produtos deverão ser entregues diretamente na Secretaria solicitante, em prazo não superior a

48 horas após a solicitação;

16.4. Caso seja constatado que os produtos entregues não correspondem em qualidade, descrição e especificação estabelecidos, será exigido do licitante sua substituição ou rejeitado o fornecimento, sem qualquer ônus para a Administração.

16.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei 14.133/2021, mediante termo Aditivo acordado entre as partes de conformidade com o estabelecido na Lei n.º 14.133/2021. Apesar do final da vigência, estende-se seus efeitos enquanto preservar a garantia e assistência técnica obrigatória, bem como, nos casos previsto pelo Código de Defesa do Consumidor.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E REAJUSTE

17.1 - Os recursos orçamentários necessários para cobertura das despesas deste edital serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Há dotação orçamentária disponível e aprovada

17.2 - Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, após entrega do produto, respeitadas as regras de cronologia, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). **O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.**

17.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

17.4. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

17.5. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Obs.: No caso de incorreção da nota fiscal, a mesma será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da mesma.

18- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão

licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 18.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

18.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 18.2 do presente Edital.

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6. A aplicação das sanções previstas no item 18.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.7. Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 18.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO.

19.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, por meio eletrônico, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento desta.

19.2. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

19.3. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de

disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

19.4. As impugnações ao ato convocatório do pregão, serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, por meio de formulário eletrônico do site www.bllcompras.com, por escrito entregues no setor de protocolo desta Prefeitura em horário de expediente e/ou pelo e-mail: **liciplan@planalto.rs.gov.br**, A/C do Pregoeiro.

19.5. As impugnações interpostas fora dos prazos não serão conhecidas.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.3. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.5. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

20.6. O Município de Planalto/RS se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.7. Informações complementares e/ou esclarecimentos deverão ser solicitados por escrito, podendo ser encaminhados por e-mail ou correios, à Comissão de Licitações da Prefeitura de Planalto/RS, sito a Rua Humberto de Campos, 732, em Planalto/RS, 0800-0551122, Whatsapp (55) 99668-3700, no horário de atendimento da Prefeitura, das 07:00 às 13:00 horas.

20.8. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

20.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

20.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação;

20.11. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior:

20.11.1. A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;

20.11.2. Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

20.11.3. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

20.11.4. As proponentes intimadas para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

20.12. Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance virtual;

20.13. O presente edital estará disponível, podendo os interessados obter cópia do mesmo por meio eletrônico junto ao site <https://www.bllcompras.com.br>, pelo site **www.planalto.rs.gov.br** ou solicitar através do e-mail **liciplan@planalto.rs.gov.br**.

20.14 - São anexos deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO I – Ata de Registro de Preços

Planalto/RS, 17 de dezembro de 2025.

CRISTIANO GNOATTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Planalto RS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Necessidade da Administração: aquisição de Gêneros Alimentícios, material de higiene e limpeza e gás de cozinha.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, material de higiene e limpeza e gás de cozinha visando a manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social. A aquisição dos mesmos visa o atendimento dos usuários do Restaurante Popular.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme já descrito no Estudo Técnico Preliminar, a aquisição de gêneros alimentícios visa a manutenção das atividades do Restaurante Popular. As entregas deverão ser realizadas conforme demanda diretamente na Secretaria de Desenvolvimento Social.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa para o fornecimento de Gêneros Alimentícios, material de higiene e limpeza e gás de cozinha, conforme as seguintes especificações:

Item	Código	Quant.	Descrição
65.	113554	180 kg	Abobrinha italiana: de primeira qualidade, tamanho médio, intactas, com casca sã e sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 4,77
66.	113556	40 kg	Alho in natura, limpo, gráudo, cabeça inteira, sem lesões ou danos causados por pragas. Valor de Referência: R\$ 25,37
67.	113555	1000 unidades	Alface. Lisa, americana ou crespa. De primeira qualidade, com folhas inteiras, sem áreas escuras, sem sujidades ou defeitos, que possam alterar a aparência e qualidade. Valor de Referência: R\$ 2,93
68.	8697	300 kg	Aipim. De 1ª qualidade, para consumo humano, no grau normal de evolução, tamanho uniforme, fresca, sem casca inteira, sem rupturas, não fibrosa, livre de terra e corpos estranhos. Valor de Referência: R\$ 7,43
69.	8100	100 unidades	Acelga fresca. De primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida firme e intacta; isenta de enfermidades, material terroso e humidade externa anormal, livre de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.

			Valor de Referência: R\$ 3,88
70.	113557	500 kg	Batata doce. De 1ª qualidade, branca ou amarela, tamanho médio, nova, in natura, sem sujidades na casca. Valor de Referência: R\$ 4,56
71.	113398	600	Batata inglesa. De 1ª qualidade, tamanho médio, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos e livre de sujidades. Valor de Referência: R\$ 6,21
72.	113561	200 unidades	Brócolis. In natura, de 1ª qualidade, intacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades, parasitas e pragas. Valor de Referência: R\$ 7,83
73.	113559	250 kg	Beterraba. De 1ª qualidade, seca, nova, firme, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor vermelho intenso, tamanho médio e sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 5,81
74.	113562	350 kg	Cebola. De 1ª qualidade, sem réstia, seca, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas Valor de Referência: R\$ 4,79
75.	113563	150 kg	Cenoura. In natura, de boa qualidade, firme, sem folhas, limpa, em sintomas de murcha, tamanho médio e sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 4,28
76.	113565	150 unidades	Couve-flor. In natura, de 1ª qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isento de sujidades, parasitas e larvas. Valor de Referência: R\$ 8,38
77.	113564	300 kg	Chuchu. Verde ou branco, de 1ª qualidade, tamanho e coloração uniformes, livre de sujidades, brotos e danos físicos. Valor de Referência: R\$ 4,95
78.	113572	300 kg	Moranga cabotian. De 1ª qualidade, tamanho médio, intactas, casca dura e sã, sem rupturas. Valor de Referência: R\$ 6,83
79.	113477	60 Dz	Ovos, dúzia, tipo grande, casca limpa, não trincados, novos, embalagem em dúzias e acondicionados em caixa de papelão. Valor de Referência: R\$ 7,55
80.	113576	250 unidades	Repolho, Verde, de 1ª qualidade, limpo, novo, tamanho médio.

			Valor de Referência: R\$ 5,77
81.	8134	50 kg	Rabanete. De 1ª qualidade, compacto, fresco, in natura, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes. Valor de Referência: R\$ 8,30
82.	9408	350 unidades	Raditi. De 1ª qualidade, com folhas inteiras, sem áreas escuras, sem sujidades ou defeitos que possam alterar a aparência e a qualidade. Valor de Referência: R\$ 4,97
83.	113579	350 kg	Tomate. De 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca sã e sem rupturas, sem sinais de apodrecimento. Valor de Referência: R\$ 6,86
84.	113575	180 kg	Pimentão. Doce/grande/verde/in natura. Valor de Referência: R\$ 5,49
85.	9261	180 maço	Rúcula. In natura, de 1ª qualidade, com folhas inteiras, sem áreas escuras, sem sujidades ou defeitos que possam alterar a aparência e qualidade. Valor de Referência: R\$ 4,64
86.	113578	300 un	Tempero verde. In natura, maço de salsinha e cebolinha, de boa qualidade, sem sinais de murcho. Valor de Referência: R\$ 3,70
87.	113782	150 maço	Couve manteiga. Folha, inteiras, com boa aparência, de 1ª qualidade, sem sinais de parasitas, maço. Valor de Referência: R\$ 9,72
88.	113783	200 kg	Pepino. In natura, de 1ª qualidade, sem sinais de machucaduras ou podridão, grau médio de maturação compatível com salada. Valor de Referência: R\$ 6,86
89.	636	250 kg	Vagem. In natura, de 1ª qualidade, limpa, sem sinais de machucadura, ideal para consumo humano. Valor de Referência: R\$ 11,13
90.	113392	50 Pacotes	Açúcar cristal branco. Não pode apresentar umidade, sujidades, bolores, mistura e peso insatisfatório. Embalagem deve estar intacta e contar data de fabricação e validade, sem rasuras, embalagem de 05kg; validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega. Valor de Referência: R\$ 16,59
91.	113426	260 Embalagens	Arroz parboilizados, 05kg, tipo I, classe longo e fino. O produto não

			<p>deve apresentar grãos disformes, impurezas (grãos queimados, pedras, cascas ou carunchos). Data de fabricação e validade impressas no pacote e sem rasuras. Validade mínima de 02 meses a contar da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 27,80</p>
92.	9380	2.500 unidades	<p>Bife empanado (peito e/ou coxa e sobrecoxa de frango); isento de ossos, aponeuroses e cartilagens; o produto poderá conter em sua composição flocos de milho, água, gordura vegetal hidrogenada, farinha de arroz, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, proteína texturizada de soja, sal, farinha de rosca, amido, leite em pó, proteína vegetal hidrolisada, vinagre, maltodextrina, condimento natural, ovo em pó, estabilizante polifosfato de sódio, antioxidante e realçador de sabor. Sua apresentação deve ser congelado, entre -10°C e -25°C, em embalagens de polietileno.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 2,07</p>
93.	8109	500 kg	<p>Carne suína: PERNIL OU PALETA, sem osso, congelada, embalada em filme de PVC transparente ou saco plástico transparente. Inspeccionada. Deve possuir identificação do produto, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 23,19</p>
94.	113785	600 kg	<p>Coxa e sobrecoxa de frango. Embalagem transparente de 01 kg cada, contendo data de envase, lote e de validade. Produto deve ser inspecionado e estar de acordo com a legislação nacional vigente.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 10,61</p>
95.	113420	350 kg	<p>FILÉ DE PEITO DE FRANGO: Sem osso, congelado, a ave deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, coloração clara e odor característico. Embalagem deve apresentar: nome/marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Validade mínima de 02 meses a contar da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 18,97</p>
96.	113482	500 kg	<p>LINGUIÇA MISTA PARA CHURRASCO. PACOTE DE 1KG. EMBALAGEM DEVE CONTER AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO COM DATA DE VALIDADE. EMBALAGEM DEVE ESTAR COM BOA APARÊNCIA.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 14,24</p>
97.	113787	800 kg	<p>Carne de gado. Patinho ou paleta, sem osso, sem gordura aparente. Congelada. Embalagem contendo as especificações do produto, data de embale e validade. A embalagem deverá estar intacta e ser transparente, Coloração e odor típicos. Embalagem de 01kg.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 38,13</p>
98.	113410	500 kg	<p>Carne moída, de gado. De 1ª qualidade, moída na hora.</p>

			<p>Características: acondicionada em embalagem de plástico atóxica, resistente e transparente, com rótulo contendo identificação do produto e fabricante, tipo de carne, data de fabricação e validade.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 25,65</p>
99.	113566	700 kg	<p>Feijão Preto. Tipo I, novo, grãos inteiros, lisos, isentos de matérias terrosas, fungos ou parasitas, livre de umidade, acondicionado em embalagem plástica de 01kg.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 6,04</p>
100.	113434	350 pacotes	<p>MASSA COM OVOS PARAFUSO: Não deve apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Embalagem de 500g. Validade mínima de 03 meses da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 3,43</p>
101.	113788	10 Embalagens	<p>Margarina. 01kg. 70% lipídios, isenta de gordura trans., rótulo com identificação do produto, ingredientes, data de validade e peso. Validade mínima de 03 meses a contar da data da entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 22,28</p>
102.	113789	150 kg	<p>Sal refinado, iodado, de cozinha. Embalagem de 01 kg. Não deve apresentar umidade e sujidades. As características devem estar preservadas. A embalagem deve apresentar o fabricante, data de embalagem e de validade sem rasuras.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 1,91</p>
103.	113417	120 pacotes	<p>Farinha de Milho. Amarela, não poderá ser úmida, fermentada ou rançosa, apresentar cor escura ou misturas com outras farinhas, resíduos ou impurezas. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome/marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Embalagem de 01 kg e validade mínima de 02 meses a contar da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 6,61</p>
104.	113437	500 unidades	<p>Óleo de soja. Refinado. Características técnicas: 100% natural, não deverá apresentar embalagem frágil com mistura de outros óleos, cheiro forte ou volume insatisfatório; Embalagem de 900ml. Deverá conter data de validade e identificação do fabricante. Validade não inferior a 03 meses da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 7,85</p>
105.	113451	350 unidades	<p>Vinagre de vinho tinto: fermentado acético de álcool e água potável, acidez 4,0%. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, data de fabricação e validade, ingredientes, peso, lote, informações nutricionais. Embalagem de 750ml. Validade mínima de 03 meses da data de entrega.</p>

			Valor de Referência: R\$ 4,77
106.	113412	30	<p>Colorau. Produto alimentício. Deve apresentar aspecto e cor característica. Embalagem com indicação do fornecedor, data de validade e demais especificações. Embalagem de 01 kg. Data de validade não inferior a 02 meses da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 11,09</p>
107.	8175	150 embalagens	<p>Extrato de Tomate. Sachê, concentrado. Deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Embalagem de 850g.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 7,26</p>
108.	113474	12 caixas	<p>Leite integral. UHT, 3% de gordura. Embalagem fechada, com data de fabricação e validade visíveis. A embalagem não deve estar amassada ou com sujidades, caixa com 12 unidades de 01litro cada. Validade mínima de 03 meses da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 58,96</p>
109.	113418	35 pacotes	<p>FARINHA DE TRIGO: Tipo I, enriquecida com ferro e ácido fólico. Não pode estar úmida, fermentada, rançosa e apresentar cor escura. Embalagem de 5 kg. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome/marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 21,63</p>
110.	9395	200 embalagens	<p>Massa de pastel. Pacote com 500g. Refrigerada, tamanho grande, validade mínima de 01 mês. Embalagem deverá conter nome do fabricante, validade, lote, peso. A embalagem deverá ser transparente.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 8,01</p>
111.	113442	100 kg	<p>Pão Francês. Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico água e sal. Pesando 50 gramas a unidade. As características gerais do produto deverão conter a legislação sanitária vigente, sem sinais de mofo, ter aspecto, cor e sabor característico de produto novo. Embalagem transparente, incolor e resistente, contendo informações de data, peso e validade.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 15,53</p>
112.	8651	50 unidades	<p>Cuca caseira sem recheio. Com aspecto de massa cozida, miolo deverá ser poroso. De 1ª qualidade, isenta de mofos, produto deverá estar embalado em embalagem transparente, com data de validade, peso e indicação nutricional.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 12,97</p>
113.	113438	10 pacotes	<p>ORÉGANO: desidratado, constituído de folhas sãs, ovaladas, secas,</p>

			<p>limpas, de cor verde, acondicionado em pacote plástico, íntegro, atóxico, resistente, fechado e limpo. Embalagem de 500g. Embalagem deve estar intacta e conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, peso e informações nutricionais.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 7,09</p>
114.	6767	15 unidades	<p>Fermento químico. Em pó, embalagem plástica, atóxica, contendo informações do fabricante, data de validade, lote e peso legíveis. Embalagem de 100Gr.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 4,23</p>
115.	113155	100 Pacotes	<p>Saco de lixo classe i, com capacidade de 50l. fabricado em polietileno, com espessura mínima de 5 micras. Dimensões aproximadas de 63 x 80cm. pacote com 100 unidades.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 21,79</p>
116.	113182	100 Pacotes	<p>PAPEL TOALHA INTERFOLHA. Dimensões aproximadas de 20 x 21cm. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Gramatura mínima de 19 g/m2. Pacote com 1000 folhas</p> <p>Valor de Referência: R\$ 15,85</p>
117.	113183	50 Pacotes	<p>PAPEL TOALHA PARA COZINHA. Dimensões aproximadas de 19 x 22cm. Folha dupla. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Pacote com dois rolos do produto com no mínimo 50 unidades.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 3,79</p>
118.	113181	15 Pacotes	<p>PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES. Bobina com dimensões de 20cm x 200m. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Branco, alto padrão de qualidade. Gramatura mínima de 34g/m2. Pacote com 6 bobinas.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 54,99</p>
119.	113144	50 unidades	<p>PALHA DE AÇO Nº 1. Embalada individualmente em pacote com 25g do produto.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 1,31</p>
120.	113143	100 pacotes	<p>ESPONJA DE LÃ EM AÇO CARBONO. Pacote com 8 unidades do produto e peso mínimo de 45g.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 1,63</p>
121.	113171	50 pacotes	<p>ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA DELICADA DE LOUÇAS. Dimensões mínimas de 110 x 70 x 20 mm. Pacote com no mínimo 3 unidades do produto.</p> <p>Valor de Referência: R\$ 5,21</p>
122.	113180	50 Pacotes	<p>PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES 10CM X 300M. Gramatura mínima de 17g/m2. Fabricado com 100% de fibras de celulose. Pacote com 8 rolos.</p>

			Valor de Referência: R\$ 25,96
123.	2365	05 Un	SODA CAUSTICA 99. 01 KG. Deverá conter especificações do produto, indicações de uso e cuidados no manuseio. Lote, data de fabricação e validade, peso. Valor de Referência: R\$ 12,50
124.	8136	200 caixas	Palito de dente, caixa com 100 ud. Produto deverá conter dados de identificação do fabricante, lote e validade. Valor de Referência: R\$ 1,17
125.	113186	50 unidades	ÁGUA SANITÁRIA, solução aquosa composta de cloro ativo na concentração de 2,0% a 2,5% na forma de hipoclorito de sódio e água. Produto sem aromatizante. Valor do ph deve estar entre 11,5 e 13,0. Galão opaco com 5l, fabricado em material resistente, com lacre de segurança. A embalagem deve conter a marca, dados do fabricante, dados da procedência do produto, lote, validade de 6 meses e registro no ministério da saúde (MS). Valor de Referência: R\$ 10,12
126.	8720	25 unidades	Gás P45 Valor de Referência: R\$ 469,30
127.	2852	2500 unidades	Marmitex de isopor com tampa. 750ml, embalagem com 100 unidades cada, fundo redondo. Valor de Referência: R\$ 0,36
128.	1095	10 caixas	Copo descartável, 200ml cada. Transparente. Caixa com 25 tiras de 100 unidades. Valor de Referência: R\$ 101,63

R\$ 166.999,57 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos adquiridos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A aquisição dos gêneros alimentícios, deverá ser de acordo com a legislação com as seguintes condições:

- Produtos com qualidade e de acordo com as especificações exigidas no edital;
- Entregas de acordo com o pedido da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

4.3. DAS OBRIGAÇÕES.

Da Contratante:

- Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

Da Promitente Fornecedora.

- Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;
- Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos, devendo a entrega se dar no Município de Planalto, conforme disposto no presente Termo de Referência;
- Designar profissional responsável pela entrega dos produtos;
- Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao contratante e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito a segurança, quando da execução do objeto licitado;
- Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos produtos, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Manter durante toda a execução deste as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Lei nº 14.133/2021.
- Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, contrato social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expresso consentimento da Contratante;
- Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

- ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;
- cópia do decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do

licitante;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

- Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

1. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para apresentação do documento;

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

-Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

- A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- A aplicação das sanções previstas no item anterior não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

- Na aplicação da sanção prevista no item anterior, alínea "b", será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

- Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item anterior o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

- Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito

para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

- A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item anterior exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, para registro de preços, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, a), 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios será prestado em função das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, manifestadas mediante solicitação escrita à **CONTRATADA**, em que deve ser formalizado o pedido correspondente.

5.2. Os produtos deverão ser entregues com qualidade e de acordo com as especificações exigidas no edital;

5.3. As entregas serão realizadas conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; A entrega deverá ser realizada até 48 horas após a solicitação.

5.4. O fornecimento dos alimentos deverá ocorrer durante o ano 2026, respeitando o período condizente com a duração de 01 (um) ano a contar da data da assinatura do contrato;

5.6. Saneamento de dúvidas através do contato telefônico, principalmente Whatsapp; as dúvidas com necessidade de mais tempo com possibilidade de até 3 dias;

5.7. A orientação e saneamento de dúvidas durante a execução do contrato deve ser junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal, que Regulamenta a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

A gestão da presente contratação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O servidor que realizar o recebimento, fará a avaliação dos itens de acordo com as características exigidas no edital, ficando a aceitação dos produtos condicionadas ao cumprimento das exigências estabelecidas.

O responsável deverá dar seu visto de recebimento e conformidade dos itens entregues na nota fiscal, obrigatória para entrega do objeto.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, respeitadas as regras de cronologia de entregas, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Obs.: No caso de incorreção da nota fiscal, a mesma será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da mesma.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Conforme disposto no item 4.3, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preços.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 166.999,57 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, conforme orçamentos em anexo, nos termos da lei 14.133/2021.

Para o mapa de preços foram colhidos orçamentos junto ao Banco de Preços.

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/atividade 2033 - 3390.30.07 – Gêneros Alimentícios;

3390.30.04 – Gás e outros materiais engarrafados;

3390.30.22 – Material de higiene e limpeza;

RV 1

Projeto/atividade 2033 - 3390.30.07 – Gêneros Alimentícios;

3390.30.04 – Gás e outros materiais engarrafados;

3390.30.22– Material de higiene e limpeza;

RV 1025

ANEXO II
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 000/2025

Ata de Registro de Preço que entre si firmam o
MUNICÍPIO DE PLANALTO e a empresa
objetivando
REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO AQUISIÇÃO
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE
LIMPEZA/HIGIENE E GÁS DE COZINHA, VISANDO A
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO RESTAURANTE
POPULAR;

Aos ____ dias do mês de _____ de 2025, nas dependências da Administração Municipal de Planalto/RS, sito à Rua Humberto de Campos, 732, inscrita no CNPJ sob o nº 87.612.891/0001-15, representado neste ato pelo Sr. Cristiano Gnoatto, Prefeito Municipal, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), devidamente designado pela autoridade competente, face a classificação das propostas apresentadas no processo de contratação através do Pregão Eletrônico nº 57/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e Equipe e Apoio, homologada em __/__/20__, e publicada no _____, em __/__/20__, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas participantes da licitação, com critério de julgamento por Item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, conforme a seguir.

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos itens especificados no Anexo ____ do processo de contratação indicado no preâmbulo, passando a fazer parte integrante dessa Ata.

2. VALIDADE

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo Aditivo acordado entre as partes de conformidade com o estabelecido na Lei n.º 14.133/2021

2.2 Conforme art. 83, da Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 065/2022, a Administração não está obrigada a realizar contratação por intermédio dessa Ata, podendo adotar, para tanto, licitação específica para o pretendido, desde que motivadamente, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. CONTRATO

3.1 Para a contratação dos itens registrados nessa Ata, poderá ser dispensada a celebração de contrato com o licitante registrado, se preenchidos os requisitos do art. 95, incisos I e II, e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. PREÇOS

4.1 Os preços ofertados pela(s) empresa(s) na licitação serão devidamente registrados, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM 1	LICITANTE	VALOR
1ª colocada	(nome da empresa)	R\$
2ª colocada	...	R\$
3ª colocada	...	R\$

4.2 Serão incluídos na presente ata, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, e posteriormente os licitantes que mantiverem a sua proposta original, conforme art. 82, § 5º, VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3 No caso de ser registrado mais de um licitante com o mesmo valor, em preço igual ao do licitante vencedor, ficará assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação,

conforme dispõe o art. 82, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4 Na hipótese da alínea "c" do item 6.5, se devidamente comprovado e deferido o reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, o fornecedor será reclassificado na ata, conforme o preço reequilibrado.

4.5 O beneficiário poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, através de solicitação formal ao Setor de Licitações, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: Publicações, lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4.6 O reequilíbrio econômico-financeiro, não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta, e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

4.7 PARA SER CONCEDIDO O REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO SERÁ SEGUIDO AS ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU:

"Para que possa ser autorizado e concedido o reequilíbrio econômico financeiro do contrato pedido pelo contratado, a Administração tem que verificar:

- os custos dos itens constantes da proposta contratada, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio;
- ao encaminhar à Administração pedido de reequilíbrio econômico financeiro, deve o contratado demonstrar quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato;
- ocorrência de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, que justifique modificações do contrato para mais ou para menos."

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento dos itens se dará de forma parcelada, mediante solicitação dos produtos/serviços, emitida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Competência, encaminhada ao Departamento de Compras, contendo a solicitação do respectivo produto, juntamente com a dotação orçamentária. Após a emissão da Nota de Empenho pelo setor, este encaminhará ao licitante a respectiva autorização.

5.2 As ordens de compra poderão ser encaminhadas por meio eletrônico ou por outra forma admitida pela Administração.

5.3 Deverá ser fornecido os produtos conforme solicitação, nas quantidades e especificações, conforme requisições de fornecimento emitidas pelo Órgão de compras a pedido da Secretaria Municipal.

5.4. Os produtos deverão ser entregues diretamente na Secretaria solicitante, em prazo não superior a 48 horas após a solicitação

5.5. Caso seja constatado que os produtos entregues não correspondem em qualidade, descrição e especificação estabelecidos, será exigido do licitante sua substituição ou rejeitado o fornecimento, sem qualquer ônus para a Administração.

5.6 Dentro do prazo de vigência da ata, a empresa 1ª colocada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do processo de contratação, que precedeu a formalização dessa Ata.

5.7 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou do termo de referência, no caso de contratação direta, ou ainda em desacordo ao contrato, caso celebrado, deverão ser rejeitados pela Administração, em observância ao art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e retirados nos seguintes prazos:

- a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
- b) em até 02 (dois) dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.8 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à instauração de processo administrativo especial para eventual aplicação das sanções previstas pela inexecução.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE LICITANTE E DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu registro cancelado da presente Ata, com consequente aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) quando o fornecedor não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo

estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

c) quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

d) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu registro cancelado da presente Ata, sem aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata por fato superveniente à licitação, alheio à sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento seja devidamente comprovado com a respectiva documentação da situação alegada;

b) falecimento do registrado.

6.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 Na hipótese de cancelamento do registro de fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes registrados em ata, em ordem de classificação.

6.5 O licitante que teve seu preço registrado poderá ter o cancelamento dos preços registrados da presente Ata, sem a consequente aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando por razão de interesse público;

b) quando a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

c) quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado e não houver êxito nas negociações.

6.6 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação no diário oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado, o licitante, da ata de registro de preços.

7. PENALIDADES

7.1 Os itens que vierem a ser contratados deverão ser entregues/executados conforme o prazo estabelecido no edital ou termo de referência, no caso de contratação direta, a contar da data da assinatura da Ordem de Compra, sob pena de:

a) multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

c) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

d) Deverão ser observadas ainda, as penalidades descritas no edital.

7.2 As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato, se houver. Caso não formalizado, serão calculadas sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 Cabe a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social proceder à fiscalização rotineira dos itens recebido, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações que se fizerem necessárias, conforme previsto no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Os fiscais estão investidos no dever de recusar, em parte ou totalmente, o material ou serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que seja entregue/executado fora dos dias e horários preestabelecidos, conforme dispõe o art. 140, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao Secretário da pasta, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem prejuízo de o próprio fiscal notificar o registrado para adotar as providências necessárias para correção ou, quando for o caso, recomendar ao Secretário a instauração de processo para a aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 O Órgão Gerenciador promoverá ampla pesquisa no mercado em periodicidade trimestral, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição, em observância ao previsto no art. 82, § 5º, IV da Lei nº 14.133/2021.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO

10.1 Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Planalto/RS.

E, por assim acordarem, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Administração Municipal, representada pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, e pelo(s) Sr.(s) _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade _____, representando a(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S).

Planalto/RS, ____ de _____ de 2025.

REPRESENTANTE LEGAL
P/ CONTRATADA

CRISTIANO GNOATTO
PREFEITO MUNICIPAL